



CERTIFICADO Nº 2243 LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana, no uso de suas atribuições, com base no art. 4º, inciso V da Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, de acordo com o art. 51, seu §1º, inciso I, do Decreto nº 47.787, de 13 de dezembro de 2019, e art. 8º, inciso III e seu §4º, inciso II, da Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 6 de dezembro de 2017, concede à empresa abaixo relacionada Licença Ambiental Simplificada, modalidade LAS/RAS, em conformidade com normas ambientais vigentes e condicionantes impostas.

Renovação de Licença de Operação na modalidade indicada.

Denominação da Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : ACOFORJA INDUSTRIA DE FORJADOS SA

CNPJ/CPF : 16.716.417/0001-95

Denominação do empreendimento para fins do licenciamento : AÇOFORJA - Indústria de Forjados S.A.

Endereço da Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : Avenida Engenheiro Januário Alvarenga Santos

número/km 300 INDÚSTRIA Bairro Vila Íris Cep 33040-220 Santa Luzia - MG

Município e Coordenadas geográficas do local de desenvolvimento das atividades:

Santa Luzia (LAT) -19.7958, (LONG) -43.8755

Fator locacional resultante : 0

Classe predominante resultante : 3

Processo Administrativo Licenciamento : 2243/2020

Código e Descrição da(s) Atividade(s) Principal(is) :

| Código | Descrição | Parâmetro | Qtde | Unidade |
|-----------|---|------------|-------|---------|
| B-03-09-3 | Produção de forjados, arames e relaminados de aço | Capacidade | 58000 | t/ano |

Com condicionantes listadas no anexo.

Validade de 10 ano(s), com vencimento em 29/01/2031.

Certificado emitido eletronicamente, nos termos do art. 1º e art. 2º do Decreto Estadual nº 47.222/2017 e do art. 6º, §4º, do Decreto Estadual nº 47.441/2018, com base nas informações prestadas pelo empreendedor e pelo(s) responsável(is) técnico(s) pelo(s) estudo(s) apresentado(s).

Belo Horizonte, 29/01/2021.

Documento assinado eletronicamente por BRENO ESTEVES LASMAR, Superintendente, em 29/01/2021 12:44 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

- Esta licença não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças ou autorizações, de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Conforme manifestação expressa no processo de licenciamento ambiental que originou a licença (quando assim for aplicável), há plena ciência do empreendedor quanto sua obrigação legal de efetuar o registro de sua atividade no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme Lei Nacional nº 6938/1981 e Instrução Normativa MMA/IBAMA nº 06/2013, sem prejuízo dos demais registros advindos do Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental.